

HABEAS CORPUS Nº 482.149 - MS (2018/0323037-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : NAJUA GONCALVES HAMAD
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : MARIA NOEMI OJEDA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. POSTERIOR EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARIA NOEMI OJEDA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido no HC n.º 1412659-22.2018.8.12.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante, em 1º/11/2018, pela suposta prática das condutas descritas nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n.º 11.343/2006, pois, em tese, estaria envolvida no transporte de **859 tabletes de "maconha"**, perfazendo o total de **1.082 Kg** (fl. 38). A prisão foi convertida em preventiva (fls. 13-16).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, cuja ordem foi denegada, em acórdão assim ementado (fls. 58-68):

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA – DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA – GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA – APREENSÃO DE CERCA DE UMA TONELADA DE MACONHA E DE RÁDIOS TRANSMISSORES – ORDEM DENEGADA.

1. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos do art. 312 do CPP, deve a prisão preventiva ser mantida, não havendo falar em ausência de fundamentação na conversão do flagrante.

2. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si só, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos

legais para a decretação da prisão preventiva.

3. Ordem conhecida e denegada."

Nas razões do *writ*, sustenta a Impetrante, em síntese, a ilegalidade da custódia cautelar, por ausência de motivação idônea, sobretudo em razão da utilização de elementos vagos e genéricos para embasar a segregação cautelar.

Alega que não se encontram preenchidos os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Registra que a Paciente apresenta condições pessoais favoráveis, como a primariedade e os bons antecedentes.

Requer, em liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 71-73, após reconsiderar a decisão de fls. 51-53 – que indeferiu liminarmente o *habeas corpus* –, em prestígio à economia processual, tendo em vista que a ora Paciente, no Pedido de Reconsideração n.º 00761350/2018, juntou o acórdão que julgou o mérito do *writ* originário.

As informações foram prestadas às fls. 77-84 e 90-93.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 86-88, opinando pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

O Juízo da 1.^a Vara Criminal de Campo Grande/MS, conforme se depreende de fl. 93, informou que, após requerimento ministerial de declínio da atribuição, remeteu o feito para alguma das Varas Criminais da Justiça Federal da Capital, sendo autuado sob o n.º 0002762-79.2018.4.03.6000.

Dessa forma, ao consultar o sítio eletrônico da Justiça Federal Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, verifiquei que, em 25/01/2019, foi cumprido alvará de soltura expedido em favor da ora Paciente.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem de *habeas corpus*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

